



CPR - FAP  
ANS

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS Comissão Permanente do Ramo FORÇA AÉREA

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt)



Nº 01/2014  
MARÇO

# BOLETIM INFORMATIVO

## EDITORIAL

### *Camaradas e amigo/as*

*Não é fácil compilar num único documento todos os problemas que nos preocupam. São tantos, e de há tanto tempo, os ataques à Condição Militar, que seriam necessárias muitas páginas e aturado trabalho.*

*O nosso objectivo é focalizar os assuntos mais sentidos nas Unidades da Força Aérea Portuguesa, a nossa casa. Falaremos do bom e do menos bom, mas todos nós sabemos o que mais se vive neste momento.*

*Queremos apelar a que participes no Boletim da CPR-FAP. Sejas ou não associado da ANS podes e deves fazê-lo. Se tens algo para partilhar connosco podes usar o [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt) para o fazer, os factos relatados serão verificados mas os teus dados pessoais serão apenas para nosso conhecimento.*

### **Participa e divulga**

## REUNIÃO COM CEMFA 29JAN14

No passado dia 29 de Janeiro decorreu no Estado-Maior da Força Aérea uma reunião entre a chefia do ramo e representantes da classe de Sargentos de todas as unidades da FAP.

De acordo com as informações sobre esta reunião que, gradualmente e a conta-gotas, vão chegando aos Sargentos da Força Aérea, torna-se evidente que os motivos de preocupação se avolumam. Começa por não ajudar o formato da mesma, já que numa reunião que se pretende de passagem de informação não há um suporte escrito, dependendo em absoluto da capacidade de absorção e síntese dos nossos camaradas Sargentos ali presentes. Ora, só a intervenção do CEMFA durou mais de uma hora e focou variadíssimos assuntos.



Finalmente foi formal e publicamente reconhecido pela chefia que estão a decorrer trabalhos sobre alterações ao EMFAR, havendo inclusivamente a informação de que há propostas apresentadas pelos ramos.

O reconhecimento da existência destes trabalhos sobre o EMFAR, diploma de cariz eminentemente socioprofissional, demonstra que à semelhança do governo, também as chefias militares não estão a cumprir a lei. Não apenas pelo incumprimento da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, no que ao direito de audição, integração e participação das associações socioprofissionais diz respeito, mas também pelo não cumprimento da alínea e) do Artigo 2º do

Decreto-lei 201/93, de 3 de Junho, diploma que regulamenta os Conselhos de Especialidade de Sargentos da Força Aérea (CESFA), órgão interno do ramo, que integra militares eleitos pelos seus pares.

O Artigo 1º deste diploma refere que “os conselhos de especialidades da Força Aérea (CESFA) são órgãos de apoio do comandante de Pessoal da Força Aérea (CPESFA)”.

No seu Artigo 2º determina quais são as funções específicas dos CESFA. Para além das primeiras quatro alíneas em que se prevê a ordenação, a apreciação e a elaboração das listas de promoção por diuturnidade, antiguidade e escolha, existe uma quinta alínea que continua a não ser respeitada, apesar de todos os alertas, apelos e insistência feitos ao longo dos anos por Sargentos eleitos para os CESFA. Essa alínea e) refere que é também uma função específica dos CESFA “Emitir parecer sobre questões suscitadas pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), no âmbito da gestão dos recursos humanos e das especialidades”. Quantos elementos eleitos pelos seus pares como legítimos representantes para tão importante e sensível missão foram consultados para emitir parecer, ao abrigo do conteúdo desta alínea, sobre as alterações relativas aos recursos humanos e às especialidades que previsivelmente farão parte das alterações a introduzir no EMFAR?

É com preocupação que os Sargentos da FAP tomam conhecimento de que também a chefia deste ramo entende como “dignificação da classe de Sargentos” a valorização por baixo ao defender a criação do posto de Furriel do QP. Se tal proposta for implementada significará um retrocesso histórico de muitos anos. Sabendo que, para a esmagadora maioria, 80% da carreira se desenrola nos postos de Primeiro-Sargento e Sargento-Ajudante, desvaloriza-se, desrespeitando, defendendo a criação de um posto “por baixo”, ao invés de, por exemplo, se criar um posto intermédio entre Primeiro-Sargento e Sargento-Ajudante ou entre Sargento-Ajudante e Sargento-Chefe, permitindo valorização e progressão ao longo do tempo naqueles postos em que a estagnação é mais sentida e, em simultâneo permitindo que a

respectiva valorização remuneratória seja empurrada para cima!



Preocupante também a falta de tomada de posição pública face aos aumentos da ADM e demais malfeitorias previstas à Saúde Militar. Clamar junto dos subordinados é fácil.

Como aceitar o verdadeiro atentado aos valores e princípios inscritos na Constituição da República Portuguesa, quando um chefe militar defende o não reconhecimento do direito fundamental de cidadania de um militar ser eleito ao abrigo da capacidade eleitoral passiva prevista na lei? Como pode um chefe militar defender que um cidadão militar que entenda servir o seu país num qualquer cargo político ou projecto autárquico deva para tal requerer o abate ao quadro? Será que apenas a nomeação exercida politico-partidariamente para o desempenho de funções de chefia é aceitável?

Ficou por clarificar qual a posição da chefia relativamente aos cortes remuneratórios que estão a sofrer os seus comandados e respectivos agregados familiares, e quais as medidas que pensa tomar para que a redução da despesa no ramo não tenha apenas como contraponto o aumento da despesa e encargos a suportar pelos militares para chegar às U/E/O onde prestam serviço, e que muito têm contribuído para aumentar a incapacidade para cumprir os compromissos materiais, sociais e familiares previamente assumidos, com base nas condições e vencimento que lhes foi assegurado mas que, posteriormente e sem qualquer aviso ou negociação, lhes foi drasticamente reduzido numa decisão unilateral.

O estado que procedeu à alteração da lei que estabelecia uma compensação a atribuir aos militares quando por razões de serviço se encontravam afastados da residência oficial, não cuidou da determinação de qualquer medida compensatória para minorar os custos que o militar tem de suportar, por se encontrar afastado da sua residência habitual por motivos de serviço. Coisa que não teve tratamento uniforme em situações similares quando se trata de gente com outro estatuto.

Também aqui o dever de tutela, que tem andado tão arredado das práticas dos seus detentores, deixa muito a desejar. Será que o Chefe não tem condições de utilizar os ganhos em poupanças obtidas com o contributo de todos, para restabelecer os circuitos de transportes colectivos que possam minorar os encargos decorrentes desta situação?

E que tal se o Chefe desse orientações para um tratamento equitativo e uniforme para todos os comandados?

Ficou por esclarecer qual a posição da chefia relativamente a medidas que se anunciaram “transitórias” mas que se pretendem transformar em carácter permanente, tais como os cortes temporários entre 3,5% e 10% para vencimentos entre 1500€ e 4000€, ou o congelamento, também temporário, na progressão dos níveis e posições remuneratórias.

Quanto à perspectiva de promoções, apesar de serem referidos alguns números, não se concretizou quantas, em que postos, em que especialidades e com que critérios; saídas para a situação de Reserva ou desenvolvimento da Carreira, as dúvidas permanecem pois os esclarecimentos foram pouco evidentes, confusos, senão mesmo inexistentes.

Terá sido referido que havia determinadas especialidades que progrediam de forma mais sustentada porque se sabiam organizar. Esta afirmação faz lembrar uma teoria económica, “a teoria da mão invisível”. O que é que o detentor

desta mão sabe ou conhece que os outros não conhecem?

Carreiras e formação – foi veiculado que também esta temática terá sido abordada de forma pouco objectiva e sustentada em relação à atribuição de níveis de qualificação à formação, nível 6 para os sargentos e 5 para as praças (Foi verdade?) Se foi, aqui mais do que a preocupação com os níveis deverá ser posta a tónica na qualidade e ajustamento da formação e dos recursos formativos ao quadro legal e normativo vigente no âmbito formação e certificação profissionais. Aumentar a qualidade, credibilizar, certificar e reconhecer são as chaves para o sucesso. O caminho das licenciaturas de 5 anos para 3 e agora para 2 anos deixa-nos muito perto do acto de armar cavaleiro quem nunca sequer viu um cavalo. O facilitismo e a ilusão nunca foram opção.

A mudança do CPSCH (Curso de Promoção a Sargento-chefe) para a AFA (Academia da Força Aérea), já confirmada, sem qualquer consulta, sondagem ou sensibilização junto do universo a atingir - os Sargentos -, é um rude golpe na estrutura e formação desta classe de profissionais. Esta nunca foi postura nem situação defendida pela larga maioria dos sargentos.



O centro de formação de todos os Sargentos é no CFMTFA. Retirar de junto da formação dos mais jovens o exemplo dos Sargentos mais antigos e a formação preparatória para os cargos mais altos da categoria, com a consequente atribuição de mais responsabilidade e autoridade, não concorre para a dignificação da classe, nem para a motivação e pode mesmo afectar os

conceitos de coesão e disciplina. Tirar do centro de formação de Sargentos os elementos mais antigos e remetê-los para um outro centro em que qualquer dos mais novos formandos tem precedência sobre os Sargentos, não concorre seguramente para a dignificação nem para a valorização da formação dos Sargentos. Todos!

Sobre o horário de trabalho também se falou.

Quando é o próprio Chefe militar a tratar os seus subordinados como funcionários públicos, é natural que haja confusão nas hostes.

Aplicar a militares legislação destinada a civis, dá origem a situações como a da BA6-Montijo, onde os militares da FAP que utilizam os transportes da Marinha saem antes dos outros, já que a Marinha manteve os horários anteriores, naquela Unidade.

Também não é claro se o novo EMFAR vai anular a desvalorização funcional dos Sargentos da FAP, restituindo, por exemplo, a função de Adjunto do Comando ao SMOR. Já que se fazem reuniões (e muito bem) de Estado-Maior com os mesmos haja coragem política para emendar este erro.

**“Se é para poupar gasta-se o que for preciso”** podia tornar-se um slogan da FAP: no Corta-Mato das Forças Armadas, que decorreu em Braga, no passado mês de Janeiro, a delegação da FAP (composta por 10 militares) foi pernoitar a Ovar, obrigando os atletas a fazer 400Km a mais, para não ter de pagar 8 Euros por pessoa pelo alojamento e alimentação em unidade do Exército em Braga.

Terá isto a ver com o facto de os outros Ramos terem enviado oficiais superiores como chefes das respectivas delegações, e a FAP ter enviado um Tenente a chefiar a sua?



Estes serão, assim como tantos outros, bons motivos para participar, dia 15 de Março de 2014, pelas 15H00, no **DESFILE DA FAMÍLIA MILITAR**, em Lisboa, do Largo do Camões para a Assembleia da República.

#### **CAMPANHA DO 25º ANIVERSÁRIO DA ANS**

Dá uma “prenda” à ANS: Faz outro sócio

Podes obter a ficha de inscrição em [www.ans.pt](http://www.ans.pt)

Separador “Associa-te”

Envia por email ou carta.

Torna a **TUA** Associação mais forte!